



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARILEUZA SILVESTRE DE FRANÇA

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO ACERCA DOS DESAFIOS DO USO DA COMUNICAÇÃO
SUPLEMENTAR E ALTERNATIVA**

João Pessoa-PB

2023

MARILEUZA SILVESTRE DE FRANÇA

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO ACERCA DOS DESAFIOS DO USO DA COMUNICAÇÃO
SUPLEMENTAR E ALTERNATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro
de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para
a obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia desta instituição.

Orientadora: Dra. Munique Massaro.

João Pessoa-PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F814p França, Marileuza Silvestre de.

Percepção de professores do atendimento educacional especializado acerca dos desafios do uso da comunicação suplementar e alternativa / Marileuza Silvestre de França. - João Pessoa, 2023.

42 f.

Orientação: Munique Massaro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação especial. 2. Atendimento educacional especializado. 3. Comunicação suplementar e alternativa. I. Massaro, Munique. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 376(043.2)

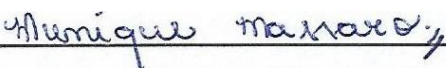
MARILEUZA SILVESTRE DE FRANÇA

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO ACERCA DOS DESAFIOS DO USO DA COMUNICAÇÃO
SUPLEMENTAR E ALTERNATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro
de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para
a obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia desta instituição.

Aprovada em: 07 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Dra. Munique Massaro (Orientadora)

Universidade Federal da Paraíba

Dra. Adenize Queiroz de Farias (Examinadora Interna)

Universidade Federal da Paraíba

Dra. Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins (Examinadora Interna)

Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Não poderei agradecer sem antes não contar resumidamente um pouco da minha história. Após a conclusão do ensino médio passei anos sem ir à escola, ocupei o tempo com os afazeres pessoais. Porém, certo dia despertei com a ânsia de estudar novamente, no entanto, aparecia sempre aquele medo de voltar à sala de aula depois de tanto tempo distante dela. Mas, certo dia me encorajei e resolvi ingressar na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), participei da seleção e passei para o curso de licenciatura em Letras Francês. Quando estava quase no final da graduação senti o desejo de cursar Pedagogia, então fiquei de olho no calendário acadêmico com intuito de saber o dia da inscrição para a reopção de curso. Foi aí que tudo começou, fiz a inscrição e consegui a mudança do curso, logo ingressei na graduação de Pedagogia, ciência essa que passou a ser minha melhor escolha, minha paixão. A jornada não foi fácil, pois, no meio do caminho, tropeços surgiram com a finalidade de me fazerem desanimar e desistir, mas prossegui caminhando firme e forte.

Foi durante as aulas assistidas na disciplina de Educação Especial que surgiu o interesse na participação de um projeto de extensão, ambos ministrados pela professora Munique Massaro, na instituição já citada. Então, foi aí que pensei na temática desta pesquisa, pois a professora não imaginou o quanto as aulas e a participação no projeto foram impactantes para minha vida.

Desta forma, sou grata especificamente a Deus, a minha família, a professora orientadora Munique Massaro e a alguns amigos, que me encorajaram a prosseguir, quando eu achava que não daria conta da elaboração deste trabalho.

Logo, agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram no meu desenvolvimento pessoal e profissional durante o processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso, e com a finalização deste trabalho concluo a graduação em Pedagogia de posse da sensação de tarefa cumprida, orgulhosa da minha habilidade e capacidade, com a reflexão de que cada aprendizado adquirido no decorrer do curso de Pedagogia foi de suma importância para obter todo conhecimento necessário e desenvolver este trabalho, sabendo que, toda experiência vivenciada durante o percurso acadêmico na UFPB, é base de orientação para um futuro promissor consciente.

Enfim, “Até aqui nos ajudou o Senhor” (BÍBLIA, I Samuel, 7, 12).

RESUMO

Esta pesquisa partiu da reflexão sobre a importância da Comunicação Suplementar (Aumentativa) e Alternativa para o desenvolvimento da pessoa com deficiência, assim como da investigação sobre as dificuldades apresentadas pelos professores em utilizá-la nas suas ações durante o Atendimento Educacional Especializado, haja vista essa área do conhecimento proporcionar recursos, estratégias e produtos que podem melhorar a comunicação do indivíduo com necessidades complexas de comunicação auxiliando-o em suas interações e com isso poder promover a inclusão. Sendo assim, o trabalho objetivou conhecer os desafios enfrentados por professores no trabalho pedagógico com o uso da Comunicação Suplementar e Alternativa no Atendimento Educacional Especializado. Participaram do estudo quatro professoras que atuavam na Sala Recursos Multifuncionais em escolas públicas e no Centro de Atendimento Educacional Especializado da região metropolitana de João Pessoa, estado da Paraíba. Foi desenvolvido um projeto de extensão e a partir desse projeto realizou-se uma entrevista semiestruturada com as professoras participantes no momento de finalização do projeto. As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho das professoras, em sessão única e individual. Como instrumento de pesquisa foi utilizado um roteiro contendo sete perguntas abertas, elaborado previamente, pelas integrantes do projeto. Os resultados obtidos identificaram que as professoras perceberam sobre a importância do uso da Comunicação Suplementar e Alternativa para auxiliar na aprendizagem da criança com deficiência e necessidades complexas de comunicação, porém a escassez de alguns elementos apresentados pelas profissionais dificultaram a elaboração e aplicabilidade de atividades pedagógicas envolvendo a Comunicação Suplementar e Alternativa na Sala de Recursos Multifuncionais e consequentemente isso prejudicou as ações pedagógicas e o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Comunicação Suplementar e Alternativa.

ABSTRACT

This research started from a reflection on the importance of Augmentative (Supplementary) and Alternative Communication for the development of people with disabilities, as well as an investigation into the difficulties presented by teachers in using it in their actions during Specialized Educational Assistance, given this area of knowledge to provide resources, strategies and products that can improve the communication of individuals with complex communication needs, helping them in their interactions and thus being able to promote inclusion. Therefore, the work aimed to know the challenges faced by teachers in the pedagogical work with the use of Augmentative and Alternative Communication in Specialized Educational Assistance. Four teachers who worked in the Multifunctional Resource Room in public schools and in the Specialized Educational Service Center in the metropolitan region of João Pessoa, state of Paraíba, participated in the study. An extension project was developed and based on this project, a semi-structured interview was carried out with the participating teachers at the time of project completion. The interviews were carried out at the teachers' workplaces, in a single individual session. As a research instrument, a script containing seven open questions, prepared in advance by the project members, was used. The results obtained identified that the teachers realized the importance of using Augmentative and Alternative Communication to assist in the learning of children with disabilities and complex communication needs, but the scarcity of some elements presented by the professionals made it difficult to elaborate and apply pedagogical activities involving Augmentative and Alternative Communication in the Multifunctional Resources Room and consequently this harmed the pedagogical actions and the teaching-learning process.

Keywords: Special Education; Specialized Educational Service; Augmentative and Alternative Communication.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR	9
2.2	COMUNICAÇÃO SUPLEMENTAR E ALTERNATIVA PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	17
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS.....	35
	APÊNDICES	39
	ANEXO	42

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo a percepção de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) acerca dos desafios do uso da Comunicação Suplementar (Aumentativa) e Alternativa. Com o pensamento não só na inclusão de pessoas com deficiência, mas em atingir a compreensão com relação aos contratempos recorrentes e vivenciados pelo docente do Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), buscou-se, por meio desta investigação, refletir sobre esses obstáculos existenciais os quais impedem o aluno com deficiência e necessidades complexas de comunicação a ter o desenvolvimento no seu contexto social e educacional.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é conhecer os desafios enfrentados por professores no trabalho pedagógico com o uso da Comunicação Suplementar e Alternativa no Atendimento Educacional Especializado. Os objetivos específicos são: conhecer os benefícios que a Comunicação Suplementar e Alternativa pode trazer para o desenvolvimento dos alunos; identificar as dificuldades encontradas pelos professores para utilizar a Comunicação Suplementar e Alternativa; elencar as contribuições da Comunicação Suplementar e Alternativa para a melhoria no desenvolvimento do aluno e da prática pedagógica.

Para isso, este trabalho foi desenvolvido por meio de dados coletados através da entrevista realizada aos professores do Atendimento Educacional Especializado e intercalado a teoria específica a temática em questão, focalizando na seguinte problemática: quais são as percepções dos professores do Atendimento Educacional Especializado acerca dos desafios para a implementação da Comunicação Alternativa em atividades pedagógicas para alunos com deficiência e necessidades complexas de comunicação na Sala de Recursos Multifuncionais?

É interessante estudar esta temática para entender sobre a importância e os benefícios da Comunicação Suplementar e Alternativa atentando-se para os desafios vividos pelos professores do Atendimento Educacional Especializado ao implementar sistemas e recursos em suas práticas pedagógicas.

A realização desta investigação deve-se ao fato de ter participado do Projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) intitulado “Uso de Sistemas de Comunicação Alternativa para a inclusão de crianças com deficiência na escola”, desenvolvido no ano de 2019 que na prática ajudou-me observar a compreensão do

professor do Atendimento Educacional Especializado a respeito das dificuldades recorrentes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas acessíveis, durante o processo de aprendizagem na Sala de Recursos Multifuncionais. Assim, instigou-me a estudar sobre a temática.

Reflete-se o quanto é relevante a pesquisa para a sociedade pelo simples fato de que o aluno com deficiência e necessidades complexas de comunicação é um indivíduo como qualquer outro, que tem direitos, e que também vive em sociedade. Assim, essa investigação promoverá divulgação e análise sobre a compreensão relacionada aos obstáculos vivenciados pelo docente sobre aplicabilidade da Comunicação Alternativa em atividades pedagógicas no ambiente educacional, proporcionando ao aluno a aprendizagem e autonomia, de forma que a comunidade passe a conscientizar-se com relação a esse processo, contribuindo para a inclusão do aluno na vida social.

Sendo assim, a pesquisa evidencia o Atendimento Educacional Especializado, aspectos da formação do professor, chama a atenção sobre a importância em compreender o conceito de Comunicação Suplementar e Alternativa e seu uso em atividades pedagógicas, especificando o pensamento dos professores do Atendimento Educacional Especializado com relação aos obstáculos enfrentados ao implementar sistemas e recursos aos alunos com deficiência e necessidades complexas de comunicação na Sala de Recursos Multifuncionais, fortalecendo desta forma, um entendimento sobre os desafios da inclusão.

O trabalho está dividido em oito partes. Introdução; referencial teórico, o qual envolve dois capítulos nomeados respectivamente como o Atendimento Educacional Especializado e a formação do Professor, e Comunicação Suplementar e Alternativa para o processo de ensino e aprendizagem; percurso metodológico; resultados e discussões dos dados; considerações finais; referências; apêndices e anexo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este elemento tem como intuito contribuir para a realização da fundamentação teórica da pesquisa, no qual serão citados alguns autores que nortearam toda investigação, envolvendo monografias, artigos científicos, livros e teses, como materiais de apoio direcionados especificamente a área da Educação Especial, relacionados ao Atendimento Educacional Especializado, a formação do professor e ao uso da Comunicação Suplementar e Alternativa em espaços de aprendizagens. Desta forma, torna-se uma ferramenta para orientar e inspirar outros trabalhos neste campo do saber.

2.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço que oferece meios que contemplam as especificidades dos alunos público-alvo da Educação Especial.

Logo, ao saber que a pessoa com deficiência faz parte desse público-alvo é interessante refletir o que declara a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seu artigo 2º, sobre o conceito da pessoa com deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 1).

Ciente do que foi mencionado pela lei sobre a pessoa com deficiência, percebe-se que não é a deficiência que impede a participação ativa do indivíduo no meio, mas as barreiras impostas a ele. Então, para promover a inclusão é importante que esse indivíduo tenha um Atendimento Educacional Especializado focado em sua particularidade, a fim de derrubar as barreiras que impedem seu avanço educacional e social.

Com o pensamento na perspectiva inclusiva é necessário considerar o que Dutra (2014, p. 14-15) declarou: “Uma educação Inclusiva significa oferecer oportunidades equitativas a todos os alunos, incluindo também aqueles com deficiências severas [...]”, e assim se faz necessário um atendimento especializado

relacionado à especificidade da pessoa com deficiência, “devendo ser levado em consideração vários aspectos, tais como: idade, localidade, etc., com intuito de prepará-los para uma vida digna e participativa na sociedade vigente.”

Foi nessa perspectiva que surgiu a prática do Atendimento Educacional Especializado. Assim, é necessário ressaltar que a concretização desse serviço se deve as árduas conquistas permeadas por fatores que marcaram todo percurso histórico relacionados a educação especial envolta de um processo educativo de forma excludente e segregativo. Logo, é notório salientar que tais acontecimentos contribuíram para o surgimento de práticas pedagógicas no cotidiano escolar e na Sala de Recursos Multifuncionais, que assegurassem a oferta de um serviço que inclui recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e ao conhecimento escolar.

Desta forma, com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008), o Atendimento Educacional Especializado tem a finalidade de dar suporte aos alunos público-alvo da Educação Especial que são alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede regular de ensino que necessitam de apoio pedagógico envolvendo práticas, estratégias e organizações que os conduzam de forma inclusiva no sistema educacional. Em função de detalhar melhor sobre os alunos público-alvo da Educação Especial, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 descreveu o seguinte:

- I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p. 1).

Com relação a essa resolução é de extrema importância ressaltar que de acordo com a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), a área dos Transtornos

Globais do Desenvolvimento atualmente é denominada pelo termo Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Segundo a Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013 em seu artigo 4º, esse público-alvo é assegurado de um “atendimento educacional especializado gratuito [...], transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 2013, p. 1).

Com ênfase na normativa das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), “o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas”. (BRASIL, 2008, p. 16).

Desse modo o Atendimento Educacional Especializado, com referência ao Decreto nº 7.611/2011 art. 2º, parágrafo 1º, 2º é:

§ 1º [...], compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011, p. 2).

Esse decreto faz menção de que a função prestada pelo Atendimento Educacional Especializado é complementar e suplementar a formação do estudante, com isso fortalece a compreensão de que esse atendimento não substitui o ensino da sala regular. Diante disto, o docente, desde sua formação inicial deve estar ciente de que a aprendizagem da criança com deficiência não é responsabilidade apenas da atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado, mas também da escola, família e a participação assídua do próprio estudante, todos esses elementos sendo funcionais são primordiais no processo educativo da criança com deficiência.

Neste caso, pela compreensão de que a educação inclusiva tem um olhar voltado para a concretização de um ambiente escolar que inclui o aluno, atentando-

se para sua especificidade em atividades escolares; logo, é importante refletir o que é respaldado na Declaração de Salamanca:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p. 1).

Ao pensar no aluno com deficiência que usufrui da prática inclusiva, é perceptível compreender o quanto é importante que a escola esteja preparada para proporcionar a todos os estudantes a acessibilidade tanto na estrutura arquitetônica quanto na organização didático-pedagógica, estimulando a participação de todos de forma integral no processo de ensino e aprendizagem. Então, em conformidade com o Decreto nº 7.611/2011 art. 1º, é imposto ao Estado, ressaltando a educação especial, as seguintes diretrizes:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011, p. 1).

Todas essas garantias se propõem a assegurar uma educação inclusiva para as pessoas público-alvo da Educação Especial. Com isso, vale apontar que o marco referencial de nível nacional que impulsionou o surgimento da Sala de Recursos Multifuncionais estabelecendo o Atendimento Educacional Especializado em espaços específicos foi a Normativa nº 13 art.1º de 2007 quando foi mencionado o seguinte:

Criar o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino. (BRASIL, 2007).

A Sala de Recursos Multifuncionais é o espaço existente dentro ou fora do ambiente escolar, como em centros ou instituições de educação especial. Entretanto para se ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado, que ocorre dentro da Sala de Recursos Multifuncionais, mas também fora dela, a criança público-alvo da Educação Especial tem que estar regulamente matriculada na escola, porém é necessário ressaltar que o atendimento que ocorre dentro da Sala de Recursos Multifuncionais deve ser realizado no contraturno ao da sala de aula do ensino regular. Desta forma é descrito no Decreto nº 7.611/2011, em seu artigo 5º, parágrafo 3º que “As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2011, p. 3), que discorre o seguinte:

A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, **laptops** com sintetizador de voz, **softwares** para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo. (BRASIL, 2011, p. 3).

Diante disto, esse ambiente é visto como um espaço direcionado a promover a inclusão. Logo é notório relatar que:

As atividades desenvolvidas na Sala de Recursos devem [...] fazer uso de recursos pedagógicos como jogos que trabalhe a atenção, a criatividade, os esquemas de raciocínio, lógica e pensamento. Também o uso de jogos adaptados com símbolos, gráficos ilustrados podendo ser utilizado em pranchas de comunicação, ou jogos de fácil

manipulação, que abrangem as áreas do conhecimento como matemática, geografia, história entre outros. (SANTOS, 2018, p. 26).

Com base em Santos (2018, p. 26) compreende-se o quanto é significativo a oferta dessas atividades para o aluno com deficiência, com isso, ressalta-se também que “A utilização de jogos facilita o aluno na percepção dos conteúdos, tornando a atividade mais atraente, a ludicidade ajuda a criança a desenvolver nos aspectos sociais, intelectual e afetivo em que a criança vai construindo seu próprio conhecimento”.

Mesmo com respaldos sobre a relevância de jogos no desenvolvimento educacional e social do aluno com deficiência, no Atendimento Educacional Especializado ainda há desafios, como apontou Araújo (2019). A autora relatou sobre a falta de alguns materiais ou recursos didáticos, as dificuldades do professor do Atendimento Educacional Especializado em desenvolver habilidades que muitas vezes não fazem parte da sua função e a incompreensão do seu trabalho em relação a valorização e reconhecimento desse profissional.

Por isso é de suma importância refletir sobre a formação do professor do Atendimento Educacional Especializado, considerando que esse profissional atuando na Sala de Recursos Multifuncionais dentro ou fora do espaço escolar, está sujeito a trabalhar em diversas áreas do conhecimento, exigindo do mesmo, clareza em várias especificidades e aprofundamento.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, no artigo 12 é destacado que “para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009, p. 3). Ainda nessa resolução, no artigo 13 foi proposto a esse profissional as seguintes atribuições:

- I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

- V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p. 3).

Percebe-se então uma grande carga de responsabilidade imposta ao professor do Atendimento Educacional Especializado, em sua atuação na Sala de Recursos Multifuncionais com a finalidade de que a criança com deficiência possa evoluir no processo de ensino e aprendizagem, até porque segundo Santos (2018, p. 26) “o professor da Sala de Recursos deve ser o mediador em que trabalhará com recursos e atividades que estimule a atenção, o raciocínio lógico, à concentração, a memória, a linguagem, a criatividade entre outros”. Desse modo, Pertile e Rosseto (2015, p. 1.192) deixaram claro que:

O exercício das atividades previstas para o AEE denota a necessidade de uma formação que contemple o desenvolvimento de atividades técnicas (como o domínio do Braille, por exemplo), bem como conhecimento teórico e aprofundado acerca do desenvolvimento humano, principalmente da pessoa com deficiência.

Sendo assim, faz-se necessário compreender que para a efetivação de uma função que impõe ao professor do Atendimento Educacional Especializado ter habilidades e técnicas diversificadas que abranja as especificações das crianças público-alvo da Educação Especial, é importante também se pensar em uma formação que apresente estratégias direcionadas a habilitar esse profissional para trabalhar com as particularidades da criança exercendo sua função focado no aprimoramento do seu desenvolvimento. Então, em conformidade com esse pensamento, Pertile e Rosseto (2015, p. 1.195) destacaram:

Para que o professor possa desenvolver uma ação pedagógica que contemple as necessidades dos alunos por meio da SRM, precisa ter uma formação que contemple a especificidade desse trabalho. Não basta a conscientização ou a sensibilização do profissional, pois são imprescindíveis os conhecimentos específicos.

Desta forma, é importante ressaltar que um dos obstáculos relacionados ao desempenho do professor da Sala de Recursos Multifuncionais está relacionada a sua formação. De acordo com Araújo (2019) o que está acontecendo nos últimos anos é a oferta de cursos de curto prazo a esse profissional. Também pode-se refletir sobre a qualidade desses cursos, que podem descaracterizar o trabalho do professor do Atendimento Educacional Especializado com perspectivas clínicas. Diante disso é importante salientar que:

É preciso que, os órgãos competentes, se atentem a qualificar profissionais da educação de forma contínua e evolutiva, valorizando e refletindo sobre a prática pedagógica em caráter mais acessível para a mudança desejada na educação especial e em outros contextos complementares. (ARAÚJO, 2019, p. 30).

A negligência dos órgãos públicos em possibilitar ao professor da Sala de Recursos Multifuncionais uma formação e capacitação para que esse profissional esteja preparado a lidar com as particularidades das crianças com deficiência em sua prática, pode dificultar a existência de um trabalho de qualidade.

Portanto ao considerar o que já que foi abordado pela literatura, respaldado pelas políticas que contextualizam tanto a formação do professor do Atendimento Educacional Especializado como quais são as funções atribuídas ao mesmo, é preciso entender o motivo pelo qual o professor do Atendimento Educacional Especializado pode não conseguir materializar na íntegra sua intervenção na Sala de Recursos Multifuncionais.

Desta forma com foco no objeto desta pesquisa percebe-se o quanto é significativo intensificar as buscas sobre ferramentas, recursos e estratégias que podem auxiliar o professor do Atendimento Educacional Especializado em seu ofício, em específico sobre a Comunicação Suplementar e Alternativa, com a finalidade de obter conhecimento sobre esta área, compreender melhor a sua relevância com relação a sua aplicabilidade em atividades pedagógicas e assim, promover o desenvolvimento da comunicação do aluno.

2.2 COMUNICAÇÃO SUPLEMENTAR E ALTERNATIVA PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A comunicação é o canal fundamental resultante da interação entre duas ou mais pessoas, percebe-se então, o quanto essa prática é essencial na vida do ser humano. A falta do exercício comunicativo no cotidiano do indivíduo pode acarretar um comprometimento na participação do sujeito em suas relações interpessoais levando-o a se isolar socialmente.

No âmbito escolar designado como um ambiente onde as ocorrências de trocas são mais frequentes, intensas e necessárias para que haja a comunicação, ao pontuar a pessoa com necessidades complexas de comunicação (NCC), percebe-se o quanto é essencial que o professor em sua prática amplie seus conhecimentos e aprofunde suas estratégias pedagógicas, intensificando o processo de interação desse aluno e assim, eliminando as barreiras que impossibilitam o seu desenvolvimento no processo de aprendizagem. Diante disto, faz-se necessário compreender a definição da pessoa com necessidades complexas de comunicação, mencionada por Rodrigues *et al.* (2016, p. 696):

Entende-se por pessoas com NCC aquelas que, devido a uma ampla gama de causas físicas, sensoriais e ambientais apresentam restrições e limitações em suas habilidades comunicativas que interferem diretamente na sua capacidade de participar de forma independente na sociedade.

Mediante o conceito de necessidades complexas de comunicação é importante se pensar em formas que auxiliem o indivíduo com necessidades complexas de comunicação durante seu processo educacional e para isso faz-se necessário frisar o uso da Comunicação Suplementar (Aumentativa) e Alternativa, visto que, é uma das ferramentas indispensáveis para potencializar a comunicação do aluno com necessidades complexas de comunicação dando suporte a este, pois envolve, por exemplo, o uso de gestos, expressões faciais e símbolos gráficos. O seu uso pode ser provisório ou por toda vida. A respeito disso, Asha (2020, *apud* MASSARO E VASCONCELOS, 2021, p. 118), descreveu que “a comunicação suplementar e alternativa pode ser temporária, como quando é usada por pessoas em terapia intensiva em um pós-operatório, ou permanente, como quando é usada por uma pessoa com deficiência, que necessita ao longo de sua vida”.

E para ressaltar a incidência de pessoas que ainda não são privilegiadas com o uso da Comunicação Suplementar e Alternativa e dos benefícios provenientes da utilização adequada desse recurso, é necessário destacar o que foi abordado por Grosko e Barby (2016, p. 5):

Infelizmente, ainda existem muitas pessoas que não se beneficiaram dessa forma de Comunicação, por desconhecimento de sua aplicabilidade por parte de alguns profissionais e familiares, e, portanto, têm dificuldades na sua interação com o mundo. Os que utilizam os recursos alternativos na sua comunicação aumentam a participação educacional e social.

Com relação ao recurso mencionado acima, o portal Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa - ARASSAC (2007) evidencia que “a Comunicação Aumentativa e Alternativa inclui vários sistemas de símbolos, tanto gráficos (fotografias, desenhos, pictogramas, palavras ou letras) como gestuais (mímica, gestos ou língua gestual) e, no caso dos primeiros, também requer o uso de produtos de apoio”. E para entender sobre os produtos de apoio é preciso refletir sobre o que menciona o sítio ARASSAC (2007) quando retrata o seguinte:

Os **produtos de apoio para comunicação** incluem recursos tecnológicos, como comunicadores de voz artificial ou computadores pessoais e tablets com programas especiais que permitem diferentes formas de acesso adaptado, algumas para pessoas com mobilidade muito limitada, e facilitam a utilização dos diferentes sistemas de símbolos pictográficos e ortográficos, bem como diferentes formas de produção, incluindo a saída de voz. Também podem consistir em recursos não tecnológicos, como tabelas e cadernos de comunicação.

A Comunicação Suplementar e Alternativa tanto pode promover e suplementar a fala como garantir uma forma alternativa para quem não desenvolve a fala e está de acordo com o pensamento de Rodrigues *et al.* (2016, p. 696) quando relataram que:

[...], a comunicação é suplementar quando a pessoa utiliza outro meio de comunicação para complementar ou compensar limitações que a fala apresenta, mas sem substituí-la totalmente. A comunicação é alternativa quando a pessoa utiliza outro meio (pranchas, figuras ou objetos concretos) para se comunicar ao invés da fala, devido à impossibilidade de articular e produzir sons adequadamente.

Vale salientar que no espaço educacional, a utilização dos recursos e ou estratégias de Comunicação Suplementar e Alternativa vai depender do consenso

entre a escola e a família, pois por meio da implementação desses recursos no ambiente de aprendizagem, o aluno com necessidades complexas de comunicação terá a oportunidade de comunicação e conseqüentemente sua interação garantida. De acordo com Schimer e Bersch (2007 *apud* MODESTO, 2018, p. 30).

Torna-se, pois, imprescindível a adequação de material pedagógico que oportunize ao aluno participar, ativamente, da atividade proposta. Com vistas a auxiliá-lo, poderão ser produzidos, com recurso de softwares como o Boardmaker e Arasaac, textos apoiados por símbolos gráficos, suplementando, assim, o aprendizado do educando. Imerso no contexto de símbolos pictográficos e alfabéticos, o discente poderá realizar a leitura global e ter acesso a novos conhecimentos de forma mais autônoma.

Dessa forma, na perspectiva de que a atividade pedagógica faz parte do processo de aprendizagem, é pertinente refletir sobre a necessidade de atividades pedagógicas já acessíveis ao contexto escolar do aluno com necessidades complexas de comunicação. Pois segundo Asbahr (2005, p. 113):

A significação social da atividade pedagógica do educador é justamente proporcionar condições para que os alunos aprendam, ou melhor, engajem-se em atividades de aprendizagem. Para tanto, o professor é responsável por organizar situações propiciadoras da aprendizagem, levando em conta os conteúdos a serem transmitidos e a melhor maneira de fazê-lo.

Logo, o professor do Atendimento Educacional Especializado deve se fazer presente na seleção, elaboração e implementação de recursos de Comunicação Suplementar e Alternativa para os alunos com deficiência e necessidades complexas de comunicação, sem esquecer também da parceria com profissionais da saúde, visando a formatação do material, tipo e seleção de estímulos, de acordo com a especificidade do aluno, no intuito de realizar atividades na Sala de Recursos Multifuncionais, na sala comum e em todo ambiente escolar, e assim contribuir no processo de inclusão do aluno com deficiência.

Sendo assim, o professor precisa ter uma formação que lhe dê suporte não só de conhecimento sobre o uso da Comunicação Suplementar e Alternativa, mas competências em saber aplicar esse recurso durante sua prática docente. No momento em que o professor tem um conhecimento limitado sobre o sistema de Comunicação Suplementar e Alternativa e o uso do recurso tecnológico selecionado,

ele terá dificuldades em manusear e elaborar estratégias que facilitem o processo comunicativo e, conseqüentemente, o uso nas diversas atividades (SAMESHIMA, 2011).

Por isso que é importante a formação de professores e a necessidade de que pais, professores e assistentes sejam orientados sobre o sistema de Comunicação Suplementar e Alternativa que está sendo usado, bem como acerca do ensino de novas estratégias para ampliar a comunicação e a interação da criança com deficiência (SAMESHIMA, 2011).

Desta forma, é possível perceber que o uso da Comunicação Suplementar e Alternativa pode proporcionar melhorias na vida da criança com deficiência como é destacado em alguns trabalhos a seguir.

A pesquisa de Massaro e Deliberato (2013) teve como objetivo identificar a percepção do professor a respeito do uso da Comunicação Suplementar e Alternativa durante um programa de intervenção na Educação Infantil. Participaram alunos com deficiência e necessidades complexas de comunicação, a professora e a pesquisadora. Para o desenvolvimento da pesquisa foi aplicado um programa de Comunicação Alternativa incluindo orientações a professora da Educação Infantil com relação a linguagem e comunicação, escolhas de canções infantis de acordo com o planejamento pedagógico da professora e ajustadas com o auxílio de sistemas de Comunicação Suplementares e Alternativos. Foi indicado nos resultados que a professora constatou que o uso dos sistemas de Comunicação Suplementar e Alternativa podem aprimorar as habilidades de expressão dos alunos com deficiência, podem ser utilizados por crianças na Educação Infantil e devem estar de acordo com as especificidades dos alunos.

Já Togashi e Walter (2016) realizaram uma pesquisa, cujo objetivo foi implementar um programa de capacitação oferecido a professores da rede municipal do Rio de Janeiro, que estavam atuando no Atendimento Educacional Especializado, com a finalidade de inserir o uso do sistema de *Picture Exchange Communication System* (PECS) adaptado para alunos com transtorno do espectro autista (TEA). Essa investigação foi dividida em dois estudos que trouxeram como resultado a afirmação de que a comunicação é um dos fatores fundamentais que possibilitam a inclusão de um aluno com TEA de forma mais efetiva.

Com relação a pesquisa desenvolvida por Deliberato (2009), teve como objetivo descrever as habilidades expressivas orais durante a implementação do recurso de

Comunicação Suplementar e Alternativa em um aluno com paralisia cerebral. Participou um aluno com paralisia cerebral durante dois anos de um programa na área da Comunicação Suplementar e Alternativa. Foram selecionadas 12 sessões referentes ao primeiro ano. Ocorreu filmagem das sessões, transcrição dos procedimentos envolvendo o uso de recursos e por fim as sessões foram estabelecidas e ocorreu a análise envolvendo expressão verbal, não-verbal e expressão verbal e não verbal ao mesmo tempo. Os resultados identificaram que o recurso utilizado favoreceu o uso das formas de expressões verbais, como no caso das vocalizações, palavras e emissões orais ininteligíveis.

Na perspectiva do ensino escolar é interessante salientar que é responsabilidade tanto do professor da sala regular como do professor do Atendimento Educacional Especializado proporcionar possibilidades para que o aluno com deficiência não apenas tenha o acesso à sala de aula, mas seja participativo nela, aprendendo conforme sua capacidade, com autonomia.

Diante disso, é bom ressaltar que para se efetuar um trabalho que vise resultados positivos quanto a inclusão de alunos com deficiência, não se pode restringir apenas a estrutura adequada do ambiente educacional, mas é perceptível o quanto é necessário um comprometimento da escola em disponibilizar materiais adequados para a construção de atividades acessíveis, do professor em procurar meios para compreensão e construção de atividades apropriadas para os alunos, da família sendo mais participativa durante o processo de aprendizagem do aluno e por fim do próprio aluno em manter sua assiduidade durante os atendimentos na Sala de Recursos Multifuncionais, por exemplo. Evidencia-se então, que a limitação em qualquer um desses elementos citados acima poderá acarretar dificuldades ao professor em desenvolver um trabalho de qualidade e consequentemente isso interferirá na aprendizagem da criança.

Logo, o professor do Atendimento Educacional Especializado deve estar em contato contínuo com o professor da sala comum para juntos fomentarem estratégias que possibilitem a aprendizagem da criança com deficiência e necessidades complexas de comunicação.

Com isso, é instigante compreender quais dificuldades são norteadoras ou influenciadoras que levem o professor do Atendimento Educacional Especializado a impossibilidade de se implementar na Sala de Recursos Multifuncionais atividades pedagógicas envolvendo a Comunicação Suplementar e Alternativa, tendo em vista a

grande importância que esse recurso tem para o desenvolvimento da comunicação e da aprendizagem do aluno com deficiência e necessidade complexa de comunicação.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Essa pesquisa é de abordagem qualitativa pois de acordo com Minayo (1994, p. 21) essa abordagem “responde a questões muito particulares, ela se ocupa, nas ciências sociais, com nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificada. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das inspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. E por sua vez é do tipo exploratória pois segundo Gil (2008, p. 27) “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

O processo de coleta de informação da presente pesquisa está interligado aos dados apurados durante a realização do projeto de extensão o qual fiz parte como bolsista, em 2019. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba (ANEXO A) com a temática “Uso de sistemas de Comunicação Alternativa para a inclusão de crianças com deficiência na escola” e objetivou implementar e analisar o processo de implementação de sistemas de Comunicação Suplementar e Alternativa para a inclusão de crianças com deficiência na escola. O trabalho contou com participação de quatro professoras do Atendimento Educacional Especializado com formação inicial em Pedagogia que atuavam na Sala de Recursos Multifuncionais de três escolas públicas e do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), localizados na região metropolitana de João Pessoa, estado da Paraíba e identificadas por meio do contato com a Secretaria de Educação.

Anteriormente ao início das atividades do projeto de extensão, as quatro professoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), concordando com a realização do estudo.

Dentre os procedimentos metodológicos executados pelo projeto, foi evidenciado para o desenvolvimento da atual pesquisa a entrevista semiestruturada realizada com as quatro professoras no momento final do projeto. De acordo com Manzini (1990; 1991 *apud* MANZINI, 2004, p. 2):

[...], a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode

fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Para a execução dessa entrevista foi preciso ter tido um contato de forma presencial com as escolas e o Centro de Atendimento Educacional Especializado. Logo, foi utilizado um roteiro de entrevista (APÊNDICE A) elaborado em conjunto com a coordenadora do projeto, uma bolsista e duas voluntárias, o qual continha sete perguntas abertas que em sua maioria estavam direcionadas a Comunicação Suplementar e Alternativa, e em seguida foi efetuada a entrevista com as profissionais envolvidas.

As entrevistas foram realizadas em sessões únicas e individuais no local de trabalho de cada professora, agendada previamente no dia e horário indicado pelas próprias professoras. Foi utilizado um aparelho de celular para gravar cada entrevista e depois os áudios das gravações foram transcritos com a autorização das professoras, a fim de contribuir na compreensão e análise do estudo.

Assim, com o auxílio dessas informações extraídas do projeto de extensão, pôde-se reorganizar os dados selecionando apenas quatro perguntas com as respectivas respostas e articular as fundamentações teóricas específicas da temática estudada para resultar na construção dessa investigação. A análise de dados se deu a partir destas quatro perguntas realizadas na entrevista.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

A análise dos resultados foi norteadada pelo roteiro de entrevista e articulada a literatura selecionada com a finalidade de contribuir no desenvolvimento desse trabalho. Ao longo da apresentação da análise dos resultados foram utilizadas quatro das setes perguntas do roteiro de entrevista e as respostas fornecidas pelas quatro professoras do Atendimento Educacional Especializado, material esse retirado do projeto de extensão. Foi dado nomes fictícios as professoras, representados por Ana, Bia, Flora e Mary, suas falas foram apresentadas no texto de modo recuado.

Diante disso para atentar-se sobre a percepção das professoras e os resultados benéficos com relação ao uso da Comunicação Suplementar e Alternativa foi lançada a seguinte pergunta as professoras:

Na sua opinião, quais os benefícios que a Comunicação Suplementar e Alternativa pode trazer para o desenvolvimento dos alunos?

Com referência a essa pergunta a professora Ana respondeu:

Na questão da comunicação, na questão do próprio processo de alfabetização, na questão da independência, de dar autonomia ao aluno. Porque a comunicação alternativa é a linguagem que o aluno passa a ter que normalmente é o que falta neles. É linguagem e a comunicação. Clareia a ideia a partir da imagem, a gente trabalha com aluno que tem dificuldades com o abstrato, então a partir do momento que você apresenta o abstrato pelo concreto fica mais fácil de você entender.

A professora Bia disse:

Bem, o projeto foi relevante para o desenvolvimento de um dos alunos, pois possibilitou o avanço na sua comunicação e na sua autonomia para se comunicar com o outro e poder ter as suas escolhas.

Já a professora Flora relatou:

Comunicação, o próprio nome já diz, é você poder fornecer ao aluno subsídios necessários para que ele saia daquela condição que ele está de não poder se comunicar e passar a se comunicar com o pouco que lhe é oferecido.

A professora Mary falou:

Com certeza é um benefício de 90%, porque vai suprir aquilo que ele não consegue com a oralidade, né? E se a criança entender o que tem na imagem, vai funcionar, com certeza. O problema de L, é porque ele não consegue identificar o que está na imagem. Então...não é que ele não consiga com treino, pode ser que ele venha a conseguir. Mas de início para eu falar assim: “mostrar uma figura de sentar. Ele não vai identificar que é uma figura de sentar. No entanto, eu já observei que quando a gente mostra a figura da hora do lanche, que é uma coisa que ele gosta muito desse momento, ele já identifica. Ele sempre puxa a cadeira e se senta. Então, a partir daí eu vejo, que se continuasse com o treino, entendeu? Se não desistisse, se fizesse uma vez, duas, três, quantas vezes fossem necessárias, ele ia também ter êxito em outras atividades, já que se ele faz com alimentação, também poderia fazer em outras atividades.

Percebeu-se com essas falas que essas profissionais estavam cientes do quanto a Comunicação Suplementar e Alternativa é essencial ao desenvolvimento da criança com necessidades complexas de comunicação e que seu uso pode aprimorar o desenvolvimento da criança com deficiência. Como bem destacou Júnior (2021) a Comunicação Suplementar e Alternativa pode ser entendida como uma área de conhecimento destinada a estudar outras formas de comunicação, para além da oralização, proporcionando a socialização e interação dos sujeitos que não oralizam.

Entretanto, é interessante reforçar que as professoras não devem só perceber o quanto essa área do conhecimento é importante, mas devem procurar se aprofundar constantemente com relação aos seus benefícios. Até porque, como afirmaram Pertile e Rosseto (2015, p. 1.195) “Não basta a conscientização ou a sensibilização do profissional, pois são imprescindíveis os conhecimentos específicos”.

Com relação a reflexão das professoras sobre os desafios encontrados por elas para implementar a Comunicação Suplementar e Alternativa foi perguntado a cada uma delas:

Quais dificuldades que você encontra para desenvolver a Comunicação Suplementar e Alternativa na Sala de Recursos Multifuncionais?

A professora Ana respondeu:

A dificuldade está na questão, porque é um trabalho que dou início aqui, mas eu percebo que ele não tem continuidade em outros ambientes. Então fica um trabalho que inicia e mora aqui mesmo na sala.

A professora Bia disse:

As maiores dificuldades enfrentadas por nós, foi com relação aos recursos, a disponibilidade de materiais para desenvolver esse projeto e também com relação ao tempo para aplicação do projeto, para cada aluno, pois o atendimento ao aluno é feito duas vezes na semana com duração de 50 minutos, eu acredito que o tempo é pouco.

A professora Flora relatou:

As dificuldades maiores encontradas, foi pegar uma sala de recurso com poucos recursos e ter que desenvolver esses recursos manualmente ao longo do ano e as vezes se faz um planejamento para determinado recurso, mas a criança aceita de uma outra forma ou não aceita e você tem que se replanejar dentro do que você tem, a gente não dispõe de computador e software adequado, então tudo é feito com o pouco que a gente consegue, com adaptações, comprando alguns jogos,, montando as atividades para trabalhar com as crianças.

A professora Mary falou:

A maior dificuldade é a deficiência intelectual que a criança tem. Ele não consegue identificar as imagens que eu trabalho, por exemplo: a hora de ir para o ônibus que é a hora de ir para casa; a hora de ir ao banheiro; na hora de sentar para fazer atividade. Como ele tem a deficiência intelectual muito grave, ele não entende o comando, não consegue identificar o que está na plaquinha [no símbolo gráfico]. Outro ponto é a questão do material. É difícil a construção, porque fica tudo por conta do professor. A escola não tem a máquina para plastificar [os símbolos gráficos], e a gente [professora] tem que custear; também não possui o CD, o software [disponibilizado pelo MEC] ... Quando cheguei à escola não tinha o CD. Se já teve, eu não recebi, e já procurei na sala de AEE, e em outras salas, e não encontrei. Essas são algumas das dificuldades.

Constatou-se com essas falas que um dos maiores obstáculos que interfere na concretização do uso da Comunicação Suplementar Alternativa nas ações pedagógicas das professoras é a ausência de materiais que as auxiliassem no desenvolvimento das atividades. Isso contradiz o que foi relatado no Decreto nº 7.611/2011 em seu artigo 5º, parágrafo 3º, o qual foi mencionado anteriormente neste trabalho, evidenciando a Sala de Recursos Multifuncionais como um ambiente provido de elementos adequados para o fornecimento do Atendimento Educacional Especializado.

O segundo desafio que impossibilita a efetivação do uso da Comunicação Suplementar Alternativa foi mencionado pela professora Ana, ela falou que o trabalho docente ao ser iniciado na Sala de Recursos Multifuncionais não tem continuidade em

outros ambientes. Foi observado com essa fala, que ocorrência dessa ação pode provocar uma ruptura na aprendizagem do aluno com deficiência e necessidades complexas de comunicação. Então é bom ressaltar que não é responsabilidade apenas do professor do Atendimento Educacional Especializado promover a aprendizagem desse aluno, mas é imprescindível a participação da escola, professor da sala regular, família, ou seja, de todos os profissionais envolvidos nesse processo educativo. Isso reforça o que Santos (2018) frisou sobre a importância do trabalho colaborativo entre a coordenação pedagógica, professores do ensino regular e da Sala de Recursos, para que em conjunto possam planejar ações que proporcione o acesso e a permanência do aluno em suprir suas dificuldades relacionada a aprendizagem.

O terceiro problema relatado foi atribuído a deficiência da criança destacado pela professora Mary. Foi constatado com essa fala que essa profissional deveria compreender que a deficiência do aluno seja ela de grau leve, médio ou grave não deve ser vista como um problema e não impede que criança aprenda, pois é responsabilidade do professor do Atendimento Educacional Especializado buscar meios estratégicos que possam potencializar as habilidades da criança durante seu aprendizado. Pois, com base em Santos (2018) o professor da Sala de Recursos Multifuncionais deve ser o mediador em que fará uso de recursos e atividades que desenvolvam as habilidades do aluno.

Para sondar o processo de inserção da Comunicação Suplementar e Alternativa e a prática pedagógica das professoras do Atendimento Educacional Especializado, primeiramente foi perguntado a essas profissionais:

O que você acha que melhorou no desenvolvimento de cada aluno com a inserção da Comunicação Suplementar e Alternativa?

Ao se referir a esta pergunta a professora Ana respondeu:

Eu percebo que melhora a questão do aluno pelo menos como uma luz no entendimento do que eu estou propondo a ele. De não ficar assim, ah será que ele não está entendendo. Pelo menos é uma esperança de que ele está entendendo. Teve umas das mães que chegou pra mim, e falou a questão do quando eu trabalhei o escovar os dentes, ela disse que o aluno dava muito trabalho e eu nem tinha falado pra ela que tinha trabalhado isso, aí ela veio dizer que o aluno tinha melhorado nisso aí, então eu falei que antes tinha trabalhado isso, mostrei fotos a ela. Ela falou: Ah! Aí é quando você vê o resultado, pois as vezes você propõe na sala, mas você não sabe se

isso está tendo um resultado fora do ambiente escolar e isso foi a prova de que está tendo. (ANA)

Ao analisar essa resposta verificou-se que o uso da Comunicação Suplementar e Alternativa teve um resultado significativo para o aluno, pois perpassou o ambiente escolar promovendo autonomia da criança com necessidades complexas de comunicação na execução em uma determinada atividade. A professora percebeu que sua metodologia estava no caminho certo e que se continuasse no mesmo ritmo a criança poderia ter um desenvolvimento bem maior. Sendo assim, está em conformidade com as autoras Grosko e Barby (2016) quando enfatizaram que a utilização dos recursos alternativos na comunicação do aluno amplia sua atuação educacional e social.

A professora Bia disse:

Embora se tenha aplicado com maior frequência a uma determinada aluna, se percebeu que é necessário um maior tempo para obtermos resultados mais significativos.

Do ponto de vista da professora, foi constatado que o tempo é um fator indispensável para obtenção de resultados com relação ao aprendizado do aluno. Essa fala tem a ver com que foi dito por Santos quando ele mencionou que “A criança está em constante processo de aprendizagem, seu desenvolvimento ocorre em um processo contínuo e de forma gradativa”. (SANTOS, 2018, p. 27).

A professora Flora disse:

Não vou dizer que houve uma melhora significativa, porque muitas crianças faltam muito no decorrer do ano, então isso compromete nos atendimentos que ocorrem uma vez na semana durante quarenta minutos, a família não dar continuidade ao trabalho. Esse ano eu tive a oportunidade de sair visitando escolas, conversando com professores, dando orientações a professores, mas eu também sei das dificuldades do professor dentro da sala de aula, então é um trabalho que eu acredito que nos próximos anos surtirá um efeito maior.

Na fala de Flora foi observado que mesmo inserindo em suas atividades a Comunicação Suplementar e Alternativa não se viu uma notável melhora com relação ao desenvolvimento da criança, pois a professora atribuiu essa falha a ausência da criança durante os atendimentos, até porque de acordo com a professora esses atendimentos ocorriam em um tempo limitado e apenas uma vez na semana. Isso é

válido sempre ressaltar, pois sabe-se que a frequência assídua do aluno na Sala de Recursos Multifuncionais auxilia no processo de aprendizagem desse indivíduo, notadamente quando nesse ambiente o professor faz uso de recursos e estratégias que possibilitem a participação, interação e aprendizagem da criança.

Notou-se ainda, que a professora pontuou que a família não dá continuidade ao trabalho realizado na escola. Sendo assim, Santos (2018, p. 25-26) evidenciou que “É importante também que a família auxilie no processo de aprendizagem, isso faz com que o aluno consiga progredir fora do ambiente escolar”. No entanto é relevante ressaltar que de acordo a Resolução nº 4 de 2009, em seu inciso IV, é papel do professor do Atendimento Educacional Especializado “Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno”; (BRASIL, 2009, p. 3).

A professora Mary relatou:

Para falar a verdade, ainda foi pouco, porque foi colocado pouca coisa em prática, vamos ver lá na frente, porque quanto mais estímulo, não só por parte da sala de recursos, porque aqui são só 30 minutos durante três dias, mas assim, aquela rotina que podia ser, desde a chegada dele até a saída, e dar continuidade na família. Dizer: olha L! Aqui é o banheiro, para usar o banheiro, porque ele ainda usa fralda, então, eu queria mais resultado, um resultado maior, mas eu sei que é uma coisa lenta, e assim, não dá para dizer, eu consegui isso. Mas eu consegui pelo meu lado, assim, futuramente vou ter outros alunos e começar desde o início do ano estimulando, estimulando, estimulando, incentivar o professor o cuidador. Hoje eu posso dizer a você que o curso me ajudou para o futuro, para eu colocar em prática depois. Em relação à L, para mim ainda faltou, ficou faltando muita coisa para L. Mas eu vou orientar o próximo professor que vai pegar ele, as professoras das salas de recursos, no relatório eu vou colocar o que funciona melhor com ele. E eu vejo, assim, alguma janelinha aberta que possa vir a ter resultados.

De acordo com a fala da professora Mary, constatou-se que ao ter colocado pouca coisa em prática envolvendo a Comunicação Suplementar e Alternativa obteve um resultado insuficiente com relação ao desenvolvimento do aluno. Entretanto, para essa profissional foi um bom começo com a possibilidade de melhorar futuramente. Foi perceptível a sensibilidade da professora com relação ao processo de aprendizagem quando ressalta que para conseguir resultados maiores será preciso trabalhar mais os estímulos utilizando os recursos adequados a especificidade da criança e orientar famílias, professor e cuidador com relação ao que se pode ser

potencializado para auxiliar a aprendizagem do aluno. Conforme este ponto de vista, o papel do professor do Atendimento Educacional Especializado, segundo Araújo (2019, p. 32) “[...], é assumir compromisso com o educando, sua família, mas também com a escola, comunidade, com os professores, com os avanços adquiridos, isto é, a arte de ensinar é uma virtude que vai ao encontro do novo sem receio de inovar”.

Já com relação a segunda pergunta acerca da prática pedagógica foi realizado o seguinte questionamento:

O que você acha que pode melhorar na sua prática pedagógica com o uso da Comunicação Alternativa?

A professora Ana respondeu:

Eu posso facilitar minha comunicação com o aluno, de eu me fazer ser entendida e ele me entender. E eu entender o que o aluno quer, então é um processo, não é algo rápido, conforme o tempo for passando eu acredito que o aluno vai começar a entender que aquelas imagens significam a comunicação que ele tem e também de despertar a fala, isso pode vir a despertar.

Percebeu-se com essa fala que na prática pedagógica dessa professora é preciso aprimorar a comunicação com seu aluno, intensificando o uso de recursos por meio da Comunicação Suplementar e Alternativa para auxiliar na aprendizagem desse aluno. Sabendo que, de acordo com Deliberato (2005 *apud* MASSARO; DELIBERATO, 2013), essa área de conhecimento poderá garantir a acessibilidade a diversos sistemas de comunicação e aprimorar a recepção, a compreensão e a expressão da linguagem de pessoas com deficiência e necessidades complexas de comunicação.

A professora Bia disse:

A questão de tempo para que se possa confeccionar e aplicar os materiais e as disponibilidades, ainda continua sendo a maior dificuldade para que possa melhorar a prática.

De acordo com essa reflexão, foi constatado que o melhoramento da prática do professor está atrelado ao aperfeiçoamento do tempo, do acesso aos materiais, sua elaboração e aplicação na Sala de Recursos Multifuncionais. Nestas condições Grosko e Barby (2016, p. 18,19) relataram que “Faz-se necessário que a escola promova adaptações no aspecto organizacional e pedagógico, [...]”.

A professora Flora relatou:

Formações, leituras, cursos e um material adequado.

Verificou-se na fala da professora que os elementos citados por ela são indispensáveis para a atuação do professor em seu ambiente de trabalho, em específico a Sala de Recursos Multifuncionais, sabendo que o professor que assume e pontua o que pode ser melhorado em sua prática pedagógica visando ampliar a aprendizagem de seu aluno, poderá facilitar o processo de aprendizagem e a efetivação de suas ações no ambiente de trabalho. No entanto a fala dessa profissional apresenta as adversidades enfrentadas pelas professoras do Atendimento Educacional Especializado para executar seu trabalho com êxito. Por isso que é essencial o investimento na formação do professor e nos recursos necessários a fim de promover a acessibilidade à criança com deficiência e necessidades complexas de comunicação, para que esse profissional possa de fato realizar as ações pedagógicas adequadas na Sala de Recursos Multifuncionais. Isso remete ao que já foi citado nesta obra, por Pertille e Rosseto (2015), quando destacaram que o professor para realizar uma ação pedagógica voltada as particularidades do aluno por meio da Sala de Recursos Multifuncionais, é necessário possuir uma formação que contemple a especificidade desse trabalho.

A professora Mary falou:

Na minha prática serão outras oportunidades que eu vou ter para incrementar o meu atendimento com ele, entendeu? Porque assim... o primeiro passo é a gente ter uma comunicação com a criança, para a partir daí eu conseguir tirar alguma coisa dele na parte da aprendizagem. Porque eu tenho certeza que a comunicação é o primeiro passo. E como ele não consegue atender aos meus comandos, só eu pedindo... com a imagem vai ser fundamental nesse processo. O curso me passou um outro olhar para o futuro, para os próximos alunos, que eu possa colocar em prática, porque hoje eu só tenho um aluno, que é o L, que precisa da comunicação alternativa, e assim, a maior dificuldade é a deficiência intelectual que ele tem, e junto com o autismo fica mais difícil. Mas se uma próxima criança for autista, e tiver uma deficiência intelectual, pelo menos leve, com certeza eu consigo ter um bom resultado.

No relato da professora Mary, ela pontuou que sua prática pedagógica nos próximos atendimentos será mais elaborada. Em concordância com essa fala é importante evidenciar que é necessário que o professor reavalie sempre sua metodologia em prol de alcançar bons resultados no processo de aprendizagem. Sendo assim, deve-se ressaltar que “É importante que o professor faça uma análise da sua prática e reconheça suas dificuldades, [...]”. (ARAÚJO, 2019, p. 35).

Observou-se também a importância do uso da Comunicação Suplementar e Alternativa nas ações pedagógicas. Mediante a esse pensamento é notório colocar em evidência que “A CA é capaz de derrubar barreiras que pareciam intransponíveis e incompreensíveis; ela é uma ferramenta poderosa de comunicação, conhecimento, inclusão, aprendizagem e interação social”. (GROSKO; BARBY, 2016, p. 19). Por último foi destacado sobre a deficiência da criança sendo um obstáculo para o desenvolvimento de sua aprendizagem. Entretanto, a deficiência do aluno não deve ser pontuada como consequência de sua não aprendizagem. Essa profissional deve atentar-se para uma das funções atribuída ao professor Atendimento Educacional segundo a Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, artigo 13 e inciso I, que é “Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que já foi exposto nesta pesquisa, a qual engloba a modalidade da Educação Especial na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência e necessidades complexas de comunicação, com ênfase na compreensão de professores do Atendimento Educacional Especializado sobre os entraves vivenciados por esses profissionais durante suas ações com relação ao uso da Comunicação Suplementar e Alternativa, pôde-se então obter os resultados deste trabalho envolto do objetivo geral que foi conhecer os desafios enfrentados por professores no trabalho pedagógico com o uso da Comunicação Suplementar e Alternativa no Atendimento Educacional Especializado.

Concluiu-se com a execução da análise dos dados coletados, que as professoras do Atendimento Educacional Especializado demonstraram ter ciência sobre a importância da Comunicação Suplementar e Alternativa, entretanto nas suas ações pedagógicas a exploração nessa área do conhecimento foi escassa, pois na maioria das informações coletadas destacaram que a falta de materiais e recursos acessíveis, como também outros elementos citados, dificultaram o uso da Comunicação Suplementar e Alternativa na Sala de Recursos Multifuncionais, afetando assim, o trabalho das professoras e o processo de aprendizagem do aluno.

Esses outros elementos citados pelas professoras referem-se à formação do professor, o tempo limitado para a elaboração e aplicação dos recursos, a falta de envolvimento da família em dar continuidade ao trabalho iniciado na escola, a falta de assiduidade do aluno na Sala de Recursos Multifuncionais e a deficiência da criança.

Desta forma verificou-se que a pesquisa atendeu o que foi proposto nos objetivos específicos.

Espera-se que, a partir desta pesquisa novas publicações e estudos sejam realizados, alcançando o corpo docente e toda sociedade, com intuito de que seja disseminado o conhecimento sobre a importância da Comunicação Suplementar e Alternativa e a necessidade de sua aplicabilidade em atividades pedagógicas durante as ações no Atendimento Educacional Especializado, a fim de que possa ser efetivado ações que colaborarem para o surgimento de estratégias que possam amenizar os desafios existentes no cotidiano escolar e promover a inclusão da pessoa com deficiência e necessidades complexas de comunicação.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. trad. Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ARAÚJO, G. M. S. **Um olhar sobre os avanços e desafios da prática do professor na sala de atendimento educacional especializado**. 2019. 59 f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade estadual da Paraíba, Guarabira, Paraíba. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/20069/1/PDF%20-%20Genilda%20Mendon%C3%A7a%20de%20Souza%20Ara%C3%BAjo.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ARASAAC - Governo do Aragão (Espanha). **Portal Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa**. 2007. Disponível em: <https://arasaac.org/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ASBAHR, F. S. F. A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 108-118, maio-ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nS8cDBnyryfhQzBLFCqrRVc/?lang=pt#>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/legislacao/2012/decreto_n_7611_17112011.pdf. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação; Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria normativa Nº 13, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica – Modalidade educação especial. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 06 mar. 2023.

DELIBERATO, D. Uso de expressões orais durante a implementação do recurso de comunicação suplementar e alternativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, n. 3, p. 351-366, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/W4WJshQzwnzkRk3YFYyYkq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

DUTRA, A. B. O. **A inclusão de crianças especiais na educação infantil**. 2014. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, Conde, Paraíba, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3027/1/ABOD28032014.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSKO, D. C.; BARBY, A. A. O. M. Comunicação alternativa (CA) no contexto escolar. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. PDE. Versão on-line. Paraná. 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_deboracristinagrosko.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023.

MANZINI, E.J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais [...]**. Bauru: USC, 2004. p.10. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

MASSARO, M.; DELIBERATO, D. Uso de sistemas de comunicação suplementar e alternativa na Educação Infantil: percepção do professor. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 331-350, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4821>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MASSARO, M.; VASCONCELOS, P. Comunicação suplementar e alternativa. *In*: FARIAS, A.; MASSARO, M. (orgs.). **Formação de professores e educação especial: o que é necessário saber?** João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, S. *et al.* (orgs.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MODESTO, R. **Comunicação alternativa**: participação de alunos com deficiência não oralizados na rotina pedagógica. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/modesto_rff_me_mar.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

NEVES JÚNIOR, P. C. **Cursos presenciais de Pedagogia na Paraíba**: investigando referenciais sobre educação especial inclusiva e comunicação alternativa. 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22667?locale=pt_BR. Acesso em: 01 mar. 2023.

PERTILE, E. B.; ROSSETTO, E. Trabalho e formação docente para o atendimento educacional especializado. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 4, p. 1186–1198, out./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6219>. Acesso em: 07 fev. 2023.

RODRIGUES, V. *et al.* O uso da comunicação suplementar e alternativa como recurso para a interpretação de livros de literatura infantil. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 695-703, jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/ctkGknQfjGWNFLsDtNp7MJJs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SAMESHIMA, F. S. **Capacitação de professores no contexto de sistemas de comunicação suplementar e alternativa**. 2011. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102185/sameshima_fs_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 mar. 2023.

SANTOS, F. K. **A Sala de Recurso e a inclusão de alunos com necessidades especiais em Mariana MG**. 2018. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1495/6/MONOGRRAFIA_SalaRecursoInclus%C3%A3o.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

TOGASHI, C. M.; WALTER, C. C. F. As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3,

p. 351-366, jul./set. 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/tZTpdk6vY9sNgZvSwkvrcn/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro de entrevista para a coleta de dados da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROBEX

Esse roteiro foi elaborado pela coordenadora, pela bolsista e por duas voluntárias do projeto de extensão “Uso de Sistemas de Comunicação Alternativa para a inclusão de crianças com deficiência na escola”, realizado em 2019, com base nas seguintes perguntas:

- 1 – Quais dificuldades que você encontra para desenvolver a Comunicação Suplementar e Alternativa na Sala de Recursos Multifuncionais?
- 2 – Quais dificuldades que você encontra para desenvolver a Comunicação suplementar e Alternativa na sala de aula regular?
- 3 – Na sua opinião, quais os benefícios que a Comunicação Suplementar e Alternativa pode trazer para o desenvolvimento dos alunos?
- 4 – O que você acha que pode melhorar na sua prática pedagógica com o uso da Comunicação Alternativa?
- 5 – Qual foi a importância do projeto para o desenvolvimento da sua prática pedagógica?
- 6 – O que você acha que melhorou no desenvolvimento de cada aluno com a inserção da Comunicação suplementar e Alternativa?
- 7 – Quais sugestões você pode dar para a melhoria do projeto

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre o “Uso de Sistemas de Comunicação Alternativa para a Inclusão de Crianças com Deficiência na Escola” e está sendo desenvolvida pela pesquisadora, professora e orientadora Dr.^a Munique Massaro da Universidade Federal da Paraíba.

Os objetivos do estudo são: implementar e analisar o processo de implementação de sistemas de comunicação suplementar e alternativa para a inclusão de crianças com deficiência na escola.

A finalidade deste trabalho é conhecer a situação educacional de alunos público-alvo da Educação Especial da Educação Infantil da Mata Paraibana e proporcionar reflexões acerca dos caminhos que se faz necessário trilhar para que a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva seja uma realidade de fato.

Solicitamos a sua colaboração para fazer a avaliação responder o questionário ou a entrevista como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, mas pode causar desconforto ou incômodo ao responder alguma pergunta.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato da Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Munique Massaro

Endereço (Setor de Trabalho): Cidade Universitária, s/n - Castelo Branco III, João Pessoa - PB, CEP 58051-085. Centro de Educação. Departamento de Habilitações Pedagógicas.

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

ANEXO

ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética sobre a aprovação do projeto mencionado nesta pesquisa

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.856.905

cronograma a etapa de Envio do relatório final para CEP para obtenção da certidão de aprovação definitiva.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendência.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1131883.pdf	07/08/2018 12:20:32		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo.doc	07/08/2018 12:19:55	MUNIQUE MASSARO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_atual.pdf	07/08/2018 12:17:50	MUNIQUE MASSARO	Aceito
Outros	Aprovacao.pdf	15/06/2018 11:37:18	MUNIQUE MASSARO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	13/05/2018 22:13:49	MUNIQUE MASSARO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao.pdf	13/05/2018 22:13:05	MUNIQUE MASSARO	Aceito
Folha de Rosto	Folha1.pdf	13/05/2018 22:10:07	MUNIQUE MASSARO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br